



Senado aprova capital estrangeiro no setor aéreo

Projeto também reverte decisão da Agência Nacional de Aviação Civil e permite a cada passageiro levar, sem cobrança adicional, uma mala de até 23 quilos nas aeronaves com 31 assentos ou mais



Líder do governo, Bezerra Coelho disse que decreto vai definir voos regionais

Foi aprovado ontem em Plenário a autorização de até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas no Brasil. O texto aprovado pelo Congresso foi um projeto de lei de conversão apresentado à medida provisória enviada pelo governo no ano passado. A proposta segue para sanção.

Antes da edição da MP, o Código Brasileiro de Aeronáutica permitia a participação de capital estrangeiro até o limite de 20%. **3**



De acordo com Davi, a proposta poderá ser votada na terça-feira na Câmara

Câmara votará novo rito para medidas provisórias, afirma Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou em Plenário que obteve do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o compromisso de votação de uma PEC que muda o procedimento de tramitação das medidas provisórias, garantindo pelo menos 30 dias para o Senado analisar as MPs. A proposta está há oito anos na Câmara. Após encontro com Davi,

na Presidência do Senado, Maia disse que o pedido é justo, porque é impossível discutir temas importantes em tão pouco tempo, como acontece hoje, quando as MPs chegam para análise dos senadores.

A previsão é que a PEC será votada na Câmara já na terça-feira.

Vários senadores elogiaram a iniciativa de Davi. **3**

Debate com ministro aborda rompimento iminente em MG

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, comparece hoje à Comissão de Meio Ambiente. O assunto principal da audiência pública deve ser o plano do governo diante do iminente rompimento da barragem da mina Gongo Seco, em Barão dos Cocais, Minas Gerais, de responsabilidade da mineradora Vale. Uma comissão de senadores vai visitar a região amanhã. **7**

Vai à Câmara regulamentação de sigilo sobre documentos

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que restringe a prerrogativa de classificar documentos como secretos e ultrassecretos a ministros, comandantes das Forças Armadas e presidente da República. Em janeiro, o governo federal editou um decreto que estendia a prerrogativa a ocupantes de cargos comissionados. A proposta segue para a Câmara. **4**

Comissão aprova proteção da Lei Maria da Penha para mulher trans

Em decisão final, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o projeto que amplia o alcance da Lei Maria da Penha para combater a violência contra mulheres transgêneras e transexuais. O texto deve seguir para a Câmara dos Deputados.

A relatora, Rose de Freitas, recomendou a aprovação da proposta, do ex-senador Jorge Viana. Segundo a senadora, de fato, já há jurisprudência de decisões que aplicam a lei para proteger mulheres trans contra violência doméstica. **5**



Rose de Freitas, relatora do texto, e Simone Tebet, presidente da CCJ

Colegiado aprova texto que inclui LGBTIfobia na lei contra racismo **5**

Segue para promulgação adesão a protocolo sobre registro de marcas **3**

Ministro da Educação é alvo de crítica de senadores em Plenário **2**

Governo anuncia mudanças no Minha Casa, Minha Vida **8**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Senadores defendem deputada contra ministro

Tabata Amaral disse que Abraham Weintraub fez montagens para espalhar dados pessoais e informação falsa sobre ela pelo WhatsApp. Para senadores, ministro da Educação não tem qualificação para o cargo

SENADORES DE VÁRIOS partidos protestaram ontem em Plenário contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, acusado de espalhar montagens de conversas pelo aplicativo WhatsApp para disseminar informações falsas e atingir a deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP). Além disso, segundo a deputada, o ministro teria espalhado pela internet os telefones pessoais dela e da equipe de seu gabinete. Tabata informou que vai processar o ministro.

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) anunciou apresentação de pedido de impeachment contra Weintraub, para o que são necessárias 41 assinaturas de apoio dos senadores. Alessandro Vieira (Cidadania-SE) defendeu a deputada e destacou sua história pessoal, de superação, e sua capacitação no setor de educação.

— O ministro deveria ter coisa importante pra fazer, mas dedicou tempo a imprimir formulários e distribuir para



Kajuru, ao lado de Rogério, anunciou que pedirá impeachment de Weintraub

parlamentares e imprensa, na tentativa de desqualificar uma pessoa que é qualificada. Não é postura de ministro, é postura de moleque de internet.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Tabata é uma das melhores revelações do novo Congresso, enquanto Weintraub “venceria um concurso para o mais inapto ministro do governo”.

Rose de Freitas (Pode-ES) manifestou repúdio à atitude do ministro, “que apequena e expõe o país de maneira tão

drástica”. Kátia Abreu (PDT-TO) também manifestou solidariedade com a deputada, em seu nome e de seu partido.

— Ela merece nossa admiração e é um grande orgulho do nosso partido e do Brasil.

Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que o ministro é reincidente em atitudes questionáveis. Segundo Otto, Weintraub parece mais um “ministro de facção” do que de governo. Angelo Coronel (PSD-BA) definiu a deputada como “especial” e chamou o ministro de “acéfalo”.

Retirados de pauta projetos que revogam decreto

Diante da publicação ontem, pelo governo, de um novo decreto de armas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) decidiu adiar a análise de projetos de decreto legislativo que propõem a revogação do texto. Segundo a presidente do colegiado, Simone Tebet (MDB-MS), durante reunião de líderes de terça-feira, ficou acordada a inclusão extrapauta dessas propostas na reunião de hoje da CCJ. Porém, com as mudanças feitas pelo Palácio do Planalto, os projetos perderam o seu objeto.

De acordo com o governo, a nova publicação tem como objetivo alterar pontos que geraram polêmicas. Uma das principais alterações é o veto ao porte de fuzis, espingardas ou carabinas aos cidadãos.

Simone informou que o debate sobre o decreto de armas pode voltar à pauta da CCJ se forem apresentados novos projetos de decreto legislativo (PDLs).

Ao comentar o decreto, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, também lembrou o acordo da reunião de líderes



Simone Tebet diz que projetos perderam objeto com novo decreto

na véspera para votação do assunto na CCJ. Ele afirmou que o Senado vai se debruçar sobre o assunto, que também está sendo analisado pelo Supremo Tribunal Federal.

Depois que o presidente Jair Bolsonaro assinou, no dia 7, o Decreto 9.785, de 2019, foram apresentados quatro projetos para revogá-lo: o PDL 233/2019, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP); o PDL 238/2019, de Randolfe e Fabiano Contarato (Rede-ES); o PDL 239/2019, de Eliziane Gama (Cidadania-MA); e o PDL 235/2019, dos senadores do PT Humberto Costa (PE), Paulo Rocha (PA), Paulo Paim (RS), Rogério Carvalho (SE), Jaques Wagner (BA) e Jean Paul Prates (RN) e de Zenaide Maia (Pros-RN).

Texto veta trabalho insalubre de grávida e lactante

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne hoje a partir das 9h, e pode aprovar projeto de lei que modifica um dos pontos mais polêmicos da reforma trabalhista de 2017: a flexibilização do trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres.

O PLS 254/2017, do senador Paulo Paim (PT-RS), restabelece a proibição do trabalho em atividades, operações ou

locais insalubres para mulheres que estejam grávidas ou amamentando. Elas deverão exercer as suas atividades em local apropriado. A reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) permite o trabalho em condições de insalubridade moderada, mediante apresentação de atestado médico.

A proposta ainda passará por outras três comissões, sendo a última delas a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Também está na pauta projeto que reserva vagas gratuitas em transporte coletivo para pessoas com deficiência. Ele poderá seguir direto para a Câmara caso seja aprovado.

O PLS 124/2017 acrescenta o benefício à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015). O projeto define que as empresas devem reservar pelo menos dois assentos, até 48h antes da viagem.

Humberto apoia revogação de decreto de armas

Humberto Costa (PT-PE) defendeu ontem, em Plenário, que o Congresso anule o decreto do governo federal sobre armas. O senador comentou as alterações publicadas ontem no *Diário Oficial da União*. Segundo ele, a decisão de desautorizar civis a portarem fuzis e a proibição de crianças assistirem a aulas de tiro são frutos da pressão política e social, principalmente, exercida por mais da metade dos governadores do país. Na terça-feira, 14 governadores divulgaram uma carta aberta contra o decreto de armas.



Bolsonaro culpa Congresso por crise, diz Coronel

Angelo Coronel (PSD-BA), acusou ontem, em Plenário, o presidente Jair Bolsonaro de querer jogar para cima dos deputados e senadores a culpa por todos os problemas do país e por não conseguir avançar na pauta prometida no período eleitoral. Para ele, o chefe do Executivo “posa de vítima de uma suposta negociata”, pela qual não aponta responsáveis.

O senador questionou se os bate-bocas diários entre apoiadores, integrantes e os chamados mentores do governo seriam culpa do Congresso Nacional.



Veneziano critica decretos sobre porte de armas

Os decretos editados pelo presidente Jair Bolsonaro em maio que flexibilizaram o porte de armas (Decretos 9.785 e 9.797) foram criticados por Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). Para o senador, diante das críticas da sociedade e das evidentes ilegalidades, o governo editou o novo decreto, publicado ontem, que praticamente “não muda nada”, “apenas quando diz que vai tirar o direito dos cidadãos de ter fuzil, carabina, escopeta, espingarda em suas mãos”.

— Não precisamos nos valer desse discurso fácil de que o brasileiro está precisando, clamando, cobrando e requerendo armas para se defender.

Para Bittar, agenda nacional está em risco

Marcio Bittar (MDB-AC) afirmou ontem que o clima de beligerância entre o Congresso e o Executivo põe em risco a agenda nacional. Para ele, independentemente das atitudes do presidente da República, Jair Bolsonaro, que embaralham ainda mais a relação entre os dois Poderes, a responsabilidade dos congressistas com o país não diminui. Na opinião do senador, a pauta apresentada pelo governo saiu vitoriosa das últimas eleições, refletindo as demandas da maioria do eleitorado brasileiro. A reforma da Previdência uma delas, disse.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CMA Barragem em Barão dos Cocais

8h Audiência com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, sobre a situação da Mina Gongo Soco, em Barão dos Cocais (MG).

CDH Dados sobre autismo em censos

9h Entre 24 itens, o PLC 139/2018, que determina a inclusão de dados e informações específicas sobre pessoas com autismo nos censos demográficos.

CPI DE BRUMADINHO Depoimentos

9h Diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, Victor Hugo Froner Bicca, e secretário de Meio Ambiente de MG, Germano Luiz Gomes Vieira.

CRE Brasil e Reino Unido

10h Audiência para debater a relação entre Brasil e Reino Unido.

SESSÃO ESPECIAL Capital do Tocantins

10h Comemoração do 30º aniversário de Palmas.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h A MP 870/2019, que reduz o número de ministérios, deve ser votada.

MOBILIDADE URBANA Acessibilidade

14H30 Audiência sobre regulamentação do ônibus escolar urbano e acessibilidade no transporte rodoviário de passageiros. Entre os convidados, representantes do Detran de SP e do DF.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovada abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro

Texto, que vai à sanção, também restabelece a franquia de bagagem. Bezerra garantiu que o governo exigirá pelo menos 5% de atuação na aviação regional

O PLENÁRIO DO Senado aprovou a medida provisória que autoriza até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas com sede no Brasil. O texto aprovado pelo Congresso foi um projeto de lei de conversão (PLV 12/2019), apresentado à MP 863/2018. O projeto também autoriza cada passageiro a levar, sem cobrança adicional, uma mala de até 23 quilos nas aeronaves a partir de 31 assentos. Aprovada no último dia de sua vigência, a medida será encaminhada à sanção.

O relatório apresentado pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA) na comissão mista da MP foi alterado na Câmara. Os deputados retiraram duas emendas apresentadas pelo relator. No Plenário do Senado, foi mantido o texto da Câmara.

No caso do controle das aéreas pelo capital internacional, ficou de fora da MP a proposta de condicionar esse controle à operação, por um mínimo de dois anos, de 5% dos voos em rotas regionais. Os deputados também rejeitaram emenda que previa a operação de voos internacionais por tripulantes brasileiros, ressalvada a possibilidade de no máximo um terço de comissários estrangeiros.

O teor das emendas rejeitadas deverá ser incorporado ao PL 1.829/2019, aprovado no mês passado na Câmara, que permite ao capital estrangeiro controlar empresas aéreas com sede no país e reformula regu-

lamentos do setor de turismo. A proposta aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde o relator é Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), reiterou em Plenário o compromisso assumido pelo presidente Jair Bolsonaro de editar decreto para impor o cumprimento do percentual de 5% em voos regionais pelas companhias aéreas.

Até a edição da MP, o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565, de 1986) permitia a participação de capital estrangeiro até o limite de 20%.

Franquias

A franquia de até 23 kg é a mesma existente à época em que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) editou resolução permitindo a cobrança por despacho de bagagens. Essa franquia é prevista para as linhas domésticas e em aeronaves a partir de 31 assentos. Em aeronaves de 21 a 30 assentos, o passageiro poderá despachar sem custo adicional 18 kg e, em aeronaves de até 20 assentos, 10 kg. Em voos com conexão, deverá prevalecer a franquia de

bagagem referente à aeronave de menor capacidade.

Nas linhas internacionais, a franquia de bagagem funcionará pelo sistema de peça ou peso, de acordo com regulamentação específica. Nas linhas domésticas em conexão com linhas internacionais, prevalecerá o sistema e o correspondente limite de franquia de bagagem estabelecido para as viagens internacionais. O texto aprovado proíbe o uso da franquia de bagagem para transporte de animais vivos.

Bezerra disse que a MP facilita o investimento no transporte aéreo. Segundo ele, o país se tornou oligopólio de três empresas que estabelecem como querem o preço das passagens aéreas. Simone Tebet (MDB-MS) disse que a MP “é infelizmente necessária”. Jayme Campos (DEM-MT) destacou a importância dos voos regionais. Nelsinho Trad (PSD-MS) disse que as companhias aéreas precisam olhar para os estados que não são considerados “os filés da aviação”. A aprovação foi também saudada por Rodrigo Cunha (PSDB-AL), Reguffe (sem partido-DF), Humberto Costa (PT-PE) e Carlos Viana (PSD-MG).



Para Fernando Bezerra, MP facilita o investimento no transporte aéreo

Adesão a protocolo que facilita o registro de marcas será promulgada

O Plenário aprovou ontem dois acordos internacionais que tratam do registro internacional de marcas e de cooperação em matéria tributária.

O PDL 98/2019 formaliza a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri, que busca desburocratizar o registro internacional de marcas. O acordo já tem 97 países signatários, que são responsáveis por mais de 80% do comércio mundial. A proposta era uma das pautas prioritárias na agenda da indústria brasileira para 2019, que o Senado se comprometeu a priorizar.

O Protocolo de Madri habilita as empresas e pessoas físicas de um país-membro a solicitar o registro de uma marca já pedida ou registrada

no seu país de origem. Esse processo garante a prioridade da marca e simplifica o registro em todas as nações que fazem parte do acordo.

Já o PDL 48/2019 firma acordo para troca de informações tributárias entre o Brasil e a Jamaica. O tratado foi assinado pelos dois países em 2014, e pretende reforçar o combate à fraude e à evasão fiscal por meio de instrumentos que aumentem a transparência das informações tributárias. O acordo permite, por exemplo, a entrada de autoridades competentes de um país no território do outro para realizar entrevistas e examinar registros sobre tributos.

Os dois acordos seguem para promulgação.

Criação da Frente Parlamentar do Norte e do Nordeste passa em Plenário

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução que cria a Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste para incentivar e desenvolver iniciativas destinadas ao desenvolvimento econômico e social das regiões. O PRS 48/2019 vai à promulgação.

O autor, Rogério Carvalho (PT-SE), argumenta que o Norte e o Nordeste sofrem com redução dos investimentos federais, o que, segundo ele, torna evidente a falta de efetividade da política de desenvolvimento regional. O relator da proposta foi o senador Weverton (PDT-MA).



Davi comunicou o acordo sobre a PEC na sessão de ontem do Plenário

Davi anuncia entendimento com a Câmara sobre rito de MPs

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou em Plenário que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, assumiu o compromisso de votar a proposta que altera o procedimento de votação de medidas provisórias pelo Congresso.

Mais cedo, Maia visitou Davi e ouviu do presidente do Senado o apelo para que os deputados analisem a proposta, que já está há oito anos na Câmara. A PEC 11/2011, que pode ser votada na terça-feira, garante pelo menos 30 dias para que o Senado analise uma MP. Atualmente várias medidas provisórias chegam da Câmara com prazo escasso, o que, na prática, acaba impossibilitando eventuais mudanças pelos senadores.

— Nós concordamos com esse entendimento, porque 30 dias será, com certeza, um prazo que o Senado nunca teve em nenhuma medida provisória que já foi votada aqui — afirmou Davi.

Maia disse que o pedido é “mais do que justo”. Segundo ele, é impossível discutir temas importantes, como a MP que reestruturou a máquina pública, em 24 horas ou 48 horas.

— Já temos uma emenda aglutinativa organizada, para que a PEC seja aprovada e promulgada, e cada uma das Casas possa, então, analisar e avaliar com mais cuidado os temas editados pelo governo federal — informou.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também visitou Davi no Senado e agradeceu a votação da MP 863/2018, que

abriu o setor aéreo ao capital estrangeiro.

Após o anúncio feito por Davi, senadores elogiaram a iniciativa do presidente.

— Não era possível continuar com o status quo com que nós estávamos convivendo, chegando as MPs no afogadilho, na véspera de vencer o seu prazo — disse o líder da Maioria, Eduardo Braga (MDB-AM).

A decisão também foi comemorada pelo líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Esperidião Amin (PP-SC), entre outros.

Governo edita MP para revogar medida de criação da empresa NAV Brasil

O presidente Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória 883/2019 revogando a MP 866/2018, que criava a Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil), a partir da cisão parcial da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Editada pelo então presidente Michel Temer nos últimos dias de governo, a medida já havia sido aprovada pela comissão mista e venceria no dia 30. A revogação foi anunciada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, como procedimento necessário para a votação da MP 870/2019, da reforma administrativa.

Com Agência Câmara

Sistema de avaliação de políticas públicas passa por nova discussão

Passaram por mais uma sessão de discussão as três propostas de emenda à Constituição que estão na pauta do Plenário do Senado.

A PEC 26/2017, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que cria um sistema integrado de avaliação de políticas públicas dos três Poderes, passou pela quarta sessão de discussão em primeiro turno. Já no segundo turno, a PEC

57/2016, que simplifica a burocracia fiscal e tributária em municípios de pequeno porte, passou pela segunda sessão de discussão.

A PEC 6/2018, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), que elimina a possibilidade de perda automática da nacionalidade brasileira em casos de naturalização, passou por sua segunda sessão de discussão em primeiro turno.

Segue para Câmara projeto sobre sigilo de documentos

Proposta da senadora Leila Barros foi apresentada depois que decreto editado em janeiro pela Presidência da República ampliou o número de servidores autorizados a estabelecer sigilo

PRERROGATIVA EXCLUSIVA
DA alta cúpula governamental, a classificação de documentos como secretos e ultrassecretos não poderá ser delegada a outros agentes públicos, como ocupantes de cargos em comissão e assessoramento. A restrição está no Projeto de Lei (PL) 633/2019, aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto segue para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação no Plenário.

Pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 2011), que garante a transparência de todas as informações em poder do Estado, a classificação em grau ultrassecreto, por exemplo, só pode ser feita por presidente da República, vice-presidente, ministros e comandantes das Forças Armadas.



Relator, Veneziano apresentou emenda sobre informações secretas

O projeto foi apresentado por Leila Barros (PSB-DF) na esteira de modificações que pretendiam ser feitas na lei pelo Decreto 9.690, de 2019. Diante da reação, o decreto acabou alterado por outro, que excluiu a delegação de competência a servidores para classificação dos documentos. O projeto da senadora também obriga os ministros da Defesa

e das Relações Exteriores a confirmar a classificação de informações como ultrassecretas em até 30 dias.

Favorável ao texto, o relator, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), apresentou emendas, entre elas a que veda a ampliação ilimitada do rol de agentes públicos aptos a classificar informações como secretas e ultrassecretas.

Especialistas recomendam crédito suplementar

Especialistas recomendaram à Comissão Mista de Orçamento (CMO), em audiência, ontem, a aprovação do projeto de crédito suplementar em que o Executivo pede autorização para, com recursos de operações de crédito, quitar R\$ 248,9 bilhões em despesas correntes.

O secretário de Macroavaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, e o consultor do Senado Marcos Mendes disseram que até uma eventual demora na aprova-

ção do texto poderá colocar em risco o cumprimento de obrigações orçamentárias. Pelo projeto (PLN 4/2019), a maior parte das despesas (R\$ 201,7 bilhões) corresponde a benefícios previdenciários.

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, afirmou que, sem a aprovação, não haverá dinheiro para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos no final do mês e, para pessoas com deficiência, em junho. O dinheiro do Bolsa Família acaba em setembro. O Ministério da Agricultura informou que, sem o crédito,

não poderá anunciar o Plano Safra para 2019-2020.

Segundo Albernaz, trata-se apenas de uma questão de fontes orçamentárias de receita, e não de autorização para gastar.

O relator na CMO, deputado Hildo Rocha (MDB-PA), questiona a necessidade de emissão de títulos no total previsto no Orçamento de 2019, o que elevaria a dívida pública. O presidente da CMO, Marcelo Castro (MDB-PI), e a senadora Kátia Abreu (PDT-TO) disseram que “pelo país” acompanharão o Executivo nesse projeto, mas permanecerão na oposição.

Paim propõe debate no Plenário sobre a democracia no país

Paulo Paim (PT-RS) comunicou que já obteve 51 assinaturas para requerer a realização de um debate no Plenário sobre a democracia. O senador ressaltou que o fortalecimento da democracia é importante para buscar soluções para os problemas do país, que sofre com a estagnação econômica e enfrenta um quadro de depressão com a perda de 100 mil empregos por mês. Segundo o senador, devem participar do debate representantes dos três Poderes, além de personalidades convidadas, entre elas ex-presidentes e cientistas políticos.



Pedro França/Agência Senado

Kajuru destaca influência das redes no debate político

Jorge Kajuru (PSB-GO) reconheceu o que chamou de fenômeno de participação dos cidadãos na vida política do país pelas redes sociais. O senador afirmou ontem que a grande mídia, intelectuais e políticos precisam entender essa evolução e participar ativamente.

— Superar a separação entre quem manda e quem obedece é um obstáculo que será removido por bem ou por mal, por um processo que avança em marcha irreversível para acabar com a pior das desigualdades, a que separa quem pensa de quem é obrigado a executar cegamente o que outros decidiram.

Lasier Martins quer regulamentar demissão de servidor

Lasier Martins (Pode-RS) defendeu a aprovação de projeto que regulamenta a demissão de servidores públicos concursados e estáveis por insuficiência de desempenho no trabalho. O PLS 116/2017— Complementar é da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Relator da proposta, ele informou que debateu o assunto com o secretário de Desburocratização e Gestão do Ministério da Economia, Paulo Uebel.

— Esse projeto é no sentido de que se cumpra a Constituição, que não é atendida há 30 anos.



Pedro França/Agência Senado

Pensar diferente não é ser inimigo, diz Plínio Valério

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu ontem, em Plenário, as cobranças feitas por parlamentares, na terça-feira, ao presidente Jair Bolsonaro, quando solicitaram que ele “nominasse os maus políticos que o estariam supostamente chantageando”. O senador disse que alguns cidadãos criticaram a posição.

— Há pessoas que não conseguem entender quando uma pessoa diverge. Pensar diferente não é ser inimigo, divergir em ideias não é ser inimigo — ressaltou o senador.



Pedro França/Agência Senado

Marcos Rogério defende incentivos para a Região Norte

Marcos Rogério (DEM-RO) defendeu na terça-feira uma condição fiscal diferenciada para Rondônia e os demais estados do Norte. O senador afirmou que uma futura reforma tributária deve levar em conta o mandamento constitucional de redução das desigualdades regionais e sociais.

— Proporei na reforma condições tributárias diferenciadas para o estado de Rondônia e a Região Norte, pois conheço as realidades locais e bem sei que a ausência de incentivos afasta muitos investidores.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Fatia dos estados no Orçamento da União pode aumentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição que aumenta a fatia dos estados no Orçamento da União. A proposta é uma das condições apresentadas pelos governadores ao governo Bolsonaro para recuperar as finanças dos estados. A PEC 51/2019 segue para o Plenário.

O objetivo, segundo o autor, Lucas Barreto (PSD-AP), é reequilibrar as relações federativas, aumentando

em 4,5 pontos percentuais a parcela do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Para isso, a proposta reduz a participação da União de 51% para 46,5%.

O relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE), criticou a concentração de receitas tributárias na esfera federal, “em clara violação do espírito que animou a Assembleia Constituinte”.

Vai à Câmara projeto sobre atraso em audiência de causa trabalhista

Nas audiências de causas trabalhistas em que houver atraso injustificado, as partes e os advogados podem ser autorizados a deixar o tribunal após 30 minutos de espera. Essa proposta de mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PL 1.539/2019 segue agora para a Câmara dos Deputados.

A proposta, do senador Styvenson Valentim (Pode-

-RN), prevê a remarcação da audiência para a data mais próxima possível. Atualmente, a CLT só admite que as partes deixem o tribunal após atraso, por mais de 15 minutos, do juiz. O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), considerou que a proposta impõe alguns limites à postergação das audiências, medida que tumultua as varas trabalhistas.

— O projeto coloca na CLT o que já está no Código de Processo Civil e me parece muito adequado.

RÁPIDAS

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PODE SER DIREITO CONSTITUCIONAL

A proteção de dados pessoais de brasileiros e estrangeiros residentes no país, entre eles os disponíveis em meios digitais, poderá ser inserida no rol de garantias individuais estabelecido pela Constituição Federal. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição com esse objetivo. A PEC 17/2019 agora será submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário.

ONYX E GUEDES DEBATERÃO REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiências sobre a PEC da reforma da Previdência (PEC 6/2019), com a presença do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e do ministro da Economia, Paulo Guedes. Os requerimentos, apresentados pelo presidente do colegiado, Romário (Pode-RJ), foram aprovados ontem. Outro requerimento de Romário aprovado na CAS prevê audiência sobre erros médicos e odontológicos.

Lei Maria da Penha poderá proteger mulheres trans

Segue para a Câmara proposta que estende às vítimas mulheres transgêneras e transexuais os direitos legais de garantia à integridade física, psicológica e patrimonial contra a violência doméstica e familiar

MULHERES TRANSGÊNERAS E transexuais poderão contar com a proteção da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto (PLS 191/2017) que amplia o alcance da norma. O texto é terminativo na comissão e deve seguir para a Câmara dos Deputados.

A relatora, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), recomendou a aprovação da proposta, de autoria do ex-senador Jorge Viana. “Somos pela conveniência e oportunidade de se estender aos transgêneros a proteção da Lei Maria da Penha. De fato, já se localizam mesmo na jurisprudência decisões nesse exato sentido. Efetivamente é chegado o momento de enfrentar o tema pela via do processo legislativo, equiparando-se em direitos todos os transgêneros”, considera Rose de Freitas em seu parecer.

Fabiano Contarato (Rede-ES) lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) retomará hoje o julgamento da questão da criminalização da LGBTfobia e disse que o STF só o faz porque o Parlamento se omite.



Relatora, Rose de Freitas considerou a medida conveniente e oportuna

— A população transgênera está sendo violada em seus direitos há muito tempo.

A proposta lembra que o Brasil é o país com maior índice de violência contra pessoas lésbicas, gays, transexuais e transgêneros. O relatório *Pessoas LGBT Mortas no Brasil*, organizado pelo Grupo Gay da Bahia, mostrou que, só em 2016, foram mais de 320 mortes.

O número de agressões é maior quando se trata das mulheres transexuais e transgêneras, que são aquelas que não nasceram biologicamente com o corpo feminino, mas que se entendem, agem e se

identificam como mulher.

Durante a tramitação na CCJ, o PLS 191/2017 recebeu dois votos em separado — dos senadores Marcos Rogério (DEM-RO) e Juíza Selma (PSL-MT) — pela rejeição da proposta. O argumento de ambos é o de que a mudança pretendida na Lei Maria da Penha desvirtua a proteção pensada para a mulher.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), apesar de reconhecer o mérito da iniciativa, de proteção às transgêneras, defendeu que essa iniciativa não deve estar vinculada à legislação específica para as mulheres.

Especialistas internacionais debatem Justiça restaurativa

A Justiça deve trabalhar de forma que as pessoas se coloquem no lugar daquelas que elas prejudicaram, para que saibam o efeito negativo que provocam na vida de alguém e da sociedade. A afirmação foi feita pelo pioneiro da Justiça restaurativa, o policial australiano Terry O’Connell.

Ele e outros especialistas, como o fundador do Instituto Internacional de Práticas Restaurativas (na Pensilvânia, nos Estados Unidos), Ted Wachtel, se encontraram ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Eles participam do Congresso Internacional de Justiça Restaurativa, que ocorre hoje pela primeira vez no Brasil.

Presidente da audiência na CDH, Lucas Barreto (PSD-AP) declarou estar convencido da

necessidade de a legislação brasileira incorporar as diretrizes da Justiça restaurativa.

— É uma forma útil e justa de resolver conflitos, sobretudo no âmbito dos delitos de menor poder ofensivo e dos crimes que, embora graves, precisam não apenas da resposta penal tradicional, mas de um grau maior de resolutividade social, empoderamento das vítimas e restauração dos laços e valores sociais — disse o senador.

O’Connell explicou que a Justiça restaurativa não busca mudar o sistema penal, mas as experiências que os indivíduos têm nesse sistema. No sistema tradicional, o crime deve levar a uma ou mais pessoas julgadas e condenadas pelo Estado. As consequências do crime, porém, afetam não só

os envolvidos diretamente, mas toda a sociedade. Por isso, cabe a todos trabalhar para evitar os crimes, disse.

No Brasil, a juíza Carline Regina Nunes, do Amapá, apontou as falhas da Justiça punitiva, que tem inúmeros problemas com a população carcerária. Segundo ela, o sistema penal é baseado na resolução de processos, e não dos conflitos.

A Justiça restaurativa foi implementada no país há cerca de 20 anos, mas só em 2016, após recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Política Nacional de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário, com diretrizes para a implementação e difusão das práticas de mediação.



Senador Lucas Barreto e especialistas brasileiras em Justiça restaurativa ouvem convidados estrangeiros

Proposta aprovada em comissão inclui LGBTfobia na Lei de Racismo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem uma proposta para incluir na Lei de Racismo (Lei 7.716, de 1989) a discriminação por orientação sexual ou de identidade de gênero.

Apresentado pelo senador Weverton (PDT-MA), o PL 672/2019 foi aprovado em caráter terminativo. Porém, como o texto é um substitutivo, ainda precisará passar por turno suplementar na CCJ.

O relator, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), incluiu na proposta a criminalização das tentativas de proibição de manifestações públicas de afeto. Conforme o texto, quem “impedir ou restringir a manifestação razoável de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público”, ressalvados os templos religiosos, poderá ser punido com a penas de um a três anos de reclusão.

O texto alternativo também acrescentou os termos “intolerância” (outra forma de manifestação dessa prática, ao lado da discriminação e do preconceito) e “sexo” (outro fator motivador do delito, ao lado de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional) nos dispositivos alterados na Lei do Racismo.

— O projeto foi concebido dentro de um equilíbrio, respeitando a liberdade religiosa e o espaço dos templos, mas modernizando nossa legislação e evitando que outros Poderes, no caso do Judiciário, legisle no nosso lugar — defendeu Alessandro Vieira.

Eduardo Braga (MDB-AM) e Fabiano Contarato (Rede-

-ES) também apontaram que o Legislativo tem se omitido, o que abriu brecha para que a questão fosse analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje o STF deve retomar o julgamento que pode equiparar ao racismo a discriminação de pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais).

— É um tema importante e que vem em boa hora — disse Eduardo Braga.

Contarato reforçou que os direitos da população LGBTI só têm avançado pelo apoio do Judiciário.

— São 40 anos de ativismo do movimento LGBTI, mas nenhuma lei foi aprovada que garantisse qualquer direito. Todos os direitos, como a adoção, o uso do nome social e o casamento de pessoas do mesmo sexo, foram alcançados pela via do Judiciário. Deixa-me envergonhado que o Congresso se furte a enfrentar o tema — disse.

De acordo com Weverton, levantamento da ONU aponta o Brasil como líder na violação dos direitos da população LGBTI há seis anos.



Para Alessandro, o texto evita que o Judiciário legisle sobre o tema

Vai à Câmara projeto que valida intenção de ser doador após morte

A família não pode interferir na retirada de órgãos de uma pessoa com morte cerebral que tenha manifestado em vida a vontade de ser doadora. É o que diz o Projeto de Lei do Senado (PLS) 453/2017, aprovado em decisão final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Atualmente a norma exige autorização de cônjuge ou parente maior de idade, até o segundo grau, para retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outras finalidades terapêuticas. O projeto aprovado altera a Lei dos Transplantes (Lei 9.434, de 1997) para tornar explícito que o consentimento familiar só será exigido quando o potencial doador não tiver se manifestado expressa e

validamente a respeito.

Para amparar essa dispensa de autorização familiar, o autor do projeto, senador Lasier Martins (Pode-RS), invocou a tutela da autonomia da vontade do titular do direito da personalidade, assegurada pelo Código Civil. No parecer ao projeto, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) concordou que a manifestação válida da vontade de alguém sobre a doação de partes de seu corpo após a morte é suficiente e deve ficar livre da intromissão de terceiros, mesmo que sejam parentes mais próximos. Porém, ele estabelece que a retirada de órgãos seja gratuita e para fins científico ou altruístico.

O projeto segue para a Câmara, caso não haja recurso para análise em Plenário.

Diplomata: mais brasileiros pedem cidadania italiana

Hélio Vitor Ramos Filho foi sabatinado e teve o nome aprovado pela Comissão de Relações Exteriores para assumir a embaixada do Brasil em Roma. Indicação ainda tem que ser avaliada pelo Plenário

SOMENTE EM 2018, cerca de 265 mil brasileiros entraram nas repartições italianas no Brasil com pedidos formais de reconhecimento da dupla cidadania. A informação foi passada ontem pelo diplomata Hélio Vitor Ramos Filho durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), quando teve seu nome aprovado para a chefia da embaixada brasileira em Roma. A indicação seguiu para o Plenário.

— O próprio embaixador da Itália no Brasil, Antonio Bernardini, tem vocalizado sua angústia de que a chancelaria italiana simplesmente não tenha mais estrutura material e administrativa para atender a um número tão expressivo de pedidos — disse.

Ramos disse que um dos focos prioritários de sua agenda se dará na recuperação das exportações brasileiras para a Itália. No ano passado, o Brasil vendeu US\$ 3,5 bilhões ao país, mas o valor já foi de US\$ 5,4 bilhões em 2011, segundo dados do Ministério da Economia. Desde 2008, a relação bilateral



é deficitária para o Brasil. Isso se dá, em parte, porque as importações brasileiras possuem uma participação expressiva de maquinários e outros itens industriais, enquanto as exportações são focadas só em produtos primários.

— Vem sendo estudada por exemplo a aquisição dos cargueiros KC-390 por parte da Itália, esse é um flanco potencial visando incrementar nossa



Uma das prioridades do diplomata será aumentar as exportações

pauta de exportações — disse. O diplomata destacou a grande participação de empresas italianas no mercado brasileiro. Hoje mais de 1,2 mil companhias daquele país estão instaladas no Brasil, onde empregam mais de 150 mil pessoas.

— Os investimentos mais relevantes estão no setor imobiliário, telefonia, energia elétrica, comércio atacadista de alimentos, fabricação de máquinas e equipamentos, peças e acessórios de automóveis. Por outro lado, cerca de 20 empresas brasileiras de grande porte estão na Itália.

Visto temporário poderá dispensar residência prévia

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a proposta que insere na Lei de Migração (Lei 13.445, de 2017) a dispensa de autorização de residência prévia para a emissão de visto temporário para quem vem ao Brasil para estudo, tratamento de saúde ou trabalho. O PLS 491/2017 segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise em Plenário.

O projeto, do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), insere na Lei de Migração dispositivo que foi desvirtuado pela norma editada pelo governo federal para regulamentá-la (Decreto 9.199, de 2017).

“Dentre os retrocessos desse

decreto de regulamentação está a concepção de que os vistos temporários para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; para trabalho; realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; e para atividades artísticas ou desportivas com contrato por prazo determinado, dependem de deferimento pelo Ministério de Trabalho de autorização de residência prévia”, observa Bezerra na justificativa da proposta.

Para o autor da proposta, a gestão dos pedidos de visto deveria se concentrar nos consulados. Mas o decreto determina a regulação geral

desses vistos pelo Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao Ministério do Trabalho. Isso, na opinião de Bezerra, impede a concretização das “virtudes” da nova Lei de Migração. Condicionar o visto temporário a uma autorização prévia de órgão vinculado ao Ministério do Trabalho é manter o mecanismo anterior de autorizações, que a nova lei desejou combater, opinou.

O relator, Lasier Martins (Pode-RS), avaliou existir inconstitucionalidade no decreto de regulamentação, pois as restrições impostas à concessão do visto temporário — não previstos na lei — exorbitam o poder regulamentar.

Vai a Plenário indicação de nome para representação no Vaticano

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o nome de Henrique Sardinha para a chefia da representação diplomática brasileira junto à Santa Sé (Vaticano). A indicação foi relatada por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e segue agora para Plenário.

O principal tema da sabatina foi o Sínodo da Amazônia, que acontecerá em outubro, em Roma. Com tema “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”, o encontro reunirá representantes eclesiais dos oito países sul-americanos da região amazônica. Sardinha disse que o Brasil



Sardinha abordou o Sínodo da Amazônia, que será em outubro

está acompanhando os documentos preparatórios:

— A tradição da Igreja Católica é não mencionar países em particular, então creio que o documento final do sínodo será satisfatório.

Países da mesma língua ajudam Brasil a se projetar, diz diplomata

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Pedro Fernando Brêtas Bastos para a chefia da representação diplomática do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A sede da CPLP fica em Lisboa.

Na sabatina, Brêtas disse que a CPLP tem tido projeção internacional, o que ajuda o Brasil a divulgar sua cultura, seus valores e sua língua.

Fazem parte da CPLP Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe



Projeção internacional da CPLP está cada vez maior, disse Brêtas

e Timor-Leste.

Guiné Equatorial entrou para a CPLP após ter oficializado a língua portuguesa como um dos idiomas do país em 2014, junto com o espanhol e o francês.

Comissão aprova construções à margem de estradas e ferrovias

Edificações comerciais e residenciais já erguidas à margem de rodovias federais e ferrovias poderão ter o direito de permanência, ainda que a lei em vigor proíba a existência de construções em uma faixa de 15 metros de cada lado de estradas ou trilhos. É o que determina

o PLC 26/2018, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e que segue com pedido de urgência para Plenário.

O texto também determina ao poder público que desista de ações judiciais para retomada dos terrenos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Para Fabiano Contarato, presidente da Comissão de Meio Ambiente, presença do ministro é fundamental

Ministro fala hoje sobre risco em barragem mineira

Titular da pasta de Minas e Energia, Bento Albuquerque estará hoje na Comissão de Meio Ambiente para explicar o iminente rompimento na mina Gongo Soco. Senadores farão diligência na região amanhã

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem a convocação do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para comparecer ao colegiado hoje, às 8h. O objetivo é que o ministro explique as iniciativas do governo em relação ao risco de rompimento da barragem de rejeitos da mina Gongo Soco, na região de Barão de Cocais, em Minas Gerais. A barragem é de responsabilidade da Vale.

A comissão aprovou também a realização de uma diligência externa na região da mina. Os senadores devem fazer a visita amanhã. O objetivo é conferir os riscos de rompimento da barragem e verificar as iniciativas do poder público para minimizar a situação. Ambos os requerimen-

tos foram apresentados pelo presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES).

O senador destacou que a mina Gongo Soco está parada desde 2016 e apresenta risco iminente de rompimento. Em fevereiro, a sirene de alerta da barragem soou e 500 pessoas tiveram que deixar seus imóveis de forma imediata. Conforme informou Contarato, o talude da barragem está se movendo entre 6 e 8 centímetros por dia, indicando que a barragem vai ruir em breve. Ele acrescentou que os rejeitos poderão se espalhar por até 75 quilômetros, atingindo os municípios de Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo.

Carlos Viana (PSD-MG) manifestou apoio aos requerimentos e disse que as popu-

lações em volta das barragens estão tensas e com uma grande sensação de falta de respeito com a situação.

Jean Paul Prates (PT-RN) sugeriu que, na audiência com o ministro, também sejam debatidas as normas de segurança para todas as barragens, as regras para as empresas mineradoras e o funcionamento da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Chico Rodrigues (DEM-RR) informou que o ministro já tinha um compromisso no Paraná. Contarato, porém, argumentou que a situação é urgente. Pouco depois, Chico Rodrigues confirmou que entrou em contato com técnicos do ministério e que o ministro teria confirmado a presença na audiência da CMA.

Auxílio por desastre não é renda, afirma relator

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre o pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 600 para famílias pobres que recebem benefícios sociais em Brumadinho (MG) vota o relatório na terça-feira. O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), é favorável à MP 875/2019, mas apresentou ontem uma

complementação de voto. A mudança é para evitar que o pagamento do auxílio emergencial acabe provocando o cancelamento do cadastro das famílias atendidas pelo Bolsa Família, pelo Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e pela Renda Mensal Vitalícia.

Comunicado do Ministério da Cidadania à Prefeitura

de Brumadinho orienta o desligamento de famílias que acumulem os R\$ 600 com o Bolsa Família. Segundo o documento, “se a nova renda familiar per capita, após a renda do auxílio emergencial ser contabilizada, ultrapassar meio salário mínimo mensal, a família deve solicitar o desligamento voluntário” do programa.

Equipamentos para produzir leite pode ter isenção de IPI

Os insumos e equipamentos destinados à produção de leite e derivados poderão ser isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É o que define o projeto de lei do senador Alvaro Dias (Pode-PR), aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De acordo com o PL 575/2019, caberá ao Ministério da Agricultura discriminar os produtos cobertos pela isenção de IPI, que poderão abranger máquinas,

instrumentos, peças de reposição, acessórios e matérias-primas. O objetivo é estimular a modernização da pecuária leiteira diante do aumento da demanda por investimento e eficiência.

Em seu relatório favorável à proposição, Lasier Martins (Pode-RS) acatou emenda de Soraya Thronicke (PSL-MS) que estende o benefício para os pequenos laticínios.

O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cuja decisão é terminativa

Proposta obriga poluidores a ressarcir cofres públicos

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou uma proposta que estabelece a obrigação do agente poluidor de ressarcir a União, estado ou município pelas despesas decorrentes de operações envolvendo forças policiais, corpo de bombeiros ou outros órgãos públicos. O PL 1.396/2019 será encaminhado à decisão final da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta, de Carlos Viana (PSD-MG), altera a Política Nacional do Meio Am-

biente (Lei 6.938, de 1981). O senador Otto Alencar (PSD-BA) apresentou relatório favorável, mas propôs uma emenda que cria bases para a metodologia de cálculo da indenização a ser cobrada do empreendedor em face dos serviços públicos para atender a emergência.

A comissão também aprovou requerimentos para audiências e suspendeu a tramitação do projeto que amplia a área do semiárido para toda a região de atuação da Sudene (PLC 78/2017).

Avança subvenção a produtos extrativos de origem animal

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o projeto que permite subvenção econômica a produtos extrativos de origem animal. Pela proposta, o governo pagaria uma parte do valor da mercadoria para reduzir o custo do produtor. O PL 2.104/2019 segue agora para a análise da Comissão de Agricultura (CRA).

A proposta contém dispositivo que busca garantir que a eventual subvenção econômica não venha a estimular o manejo predatório da fauna

silvestre. Assim, o projeto determina que os produtos deverão ser provenientes de manejo sustentável, previamente autorizado por órgão ambiental. O relator na CMA foi o senador Styvenson Valentim (Pode-RN).

Na mesma reunião, a comissão rejeitou o projeto do senador Márcio Bittar (MDB-AC) que estabelecia que o decurso dos prazos de licenciamento ambiental sem a emissão da licença implicaria sua emissão tácita (PLP 71/2019 — Complementar).

Projeto altera Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

A alteração dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi tema de audiência ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Um projeto (PLS 465/2018) de Roberto Rocha (PSDB-MA) exclui comunidades da área de preservação para implementação de serviços básicos como escolas e postos de saúde.

São cerca de 156 mil hectares

divididos em três municípios, onde vivem 60 comunidades com 5 mil habitantes.

Segundo Roberto Rocha, o projeto repara um erro criado com a demarcação, que não considerou as comunidades.

— A discussão tem que ter como centro o homem. Quantos se preocuparam em conhecer a escola do povoado? Tem um galpão, coberto de palha, e as crianças no chão.

Debate aponta abusos em acordo de crédito rural

A atual política de crédito rural dá sinais de esgotamento e não tem mais condições de atender os produtores. A defesa de novos modelos e de outras formas de financiamento foi feita pelo representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antônio da Luz, que participou de audiência ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Ele defendeu a necessidade

de combate de problemas antigos, como burocracia, falta de transparência, atraso na liberação de recursos e a sujeição dos produtores a abusos de instituições financeiras, o que inclui a venda casada de serviços bancários.

Luis Carlos Heinze (PP-RS) concordou com as queixas e disse que tem que haver uma forma de parar os abusos cometidos pelas instituições financeiras.

O secretário de Política

Agrícola do Ministério da Agricultura, Eduardo Sampaio Marques, reconheceu os problemas do sistema e disse que o governo está trabalhando nas soluções.

— O produtor se sente vulnerável para apresentar sua queixa, pois mal ou bem, o crédito rural é um produto bom na mão da instituição financeira, que fica com grande poder de barganha. Até porque a demanda é maior que a oferta — disse.

Comissão aumenta pena para transporte irregular

Projeto aprovado ontem na CCJ também prevê perda de habilitação e do veículo para quem praticar transporte escolar não autorizado

DIRIGIR VEÍCULO DE transporte escolar sem autorização específica poderá ser classificada como infração gravíssima. O aumento da penalidade está previsto no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 109/2017, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto, que segue para Plenário, também torna mais rígida a punição para quem fizer transporte pirata.

O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar mais rígida a punição para quem fizer transporte remunerado de pessoas ou bens sem possuir licença para tal.

O texto converte de infração grave para gravíssima o transporte escolar não autorizado. Já o transporte pirata passará

de infração média para gravíssima. As multas dessa natureza implicam perda de sete pontos na carteira de habilitação. As duas infrações também estarão sujeitas à remoção do veículo.

O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), manifestou apoio ao projeto.

“Quanto ao mérito, somos favoráveis ao projeto. O transporte irregular de escolares, sem o porte da autorização, e sem atender às regras impostas no art. 136 do Código, coloca em risco a vida de seus pequenos passageiros e deve ser coibido de maneira robusta”, sustenta Anastasia no seu parecer.

O senador ressaltou que o texto não trata da atividade



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Relator, o senador Antonio Anastasia é favorável ao projeto

de motoristas de aplicativos:

— O projeto torna mais rígidas as regras quanto ao transporte clandestino. Não há nada em relação ao transporte de aplicativos, que já é regulamentado — assinalou.

Doador poderá ficar isento de taxa em concurso

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem um projeto que livra o candidato do pagamento da taxa de inscrição nos concursos da União caso comprove que é doador de sangue. O PLS 503/2017, que foi analisado na CCJ em decisão terminativa, poderá seguir diretamente para a Câmara, se não hou-

ver recurso para análise em Plenário.

Da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), a proposta foi relatada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE). O texto condiciona a gratuidade à comprovação, no momento da inscrição no concurso, por meio de registro em carteira feito por hospital, clínica ou

laboratório. O interessado deverá mostrar que doou sangue pelo menos uma vez a cada seis meses nos últimos dois anos.

Rose alega que a medida produzirá efeitos irrisórios sobre as contas públicas, mas, em contrapartida, deverá melhorar a crônica falta de estoque nos bancos de sangue.

Minha Casa, Minha Vida vai mudar, diz secretário

Com mais de quatro milhões de unidades já construídas e investimentos da ordem de R\$ 458 bilhões desde que foi criado, há dez anos, o Programa Minha Casa, Minha Vida é considerado a política de Estado mais grandiosa do governo, segundo o secretário de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional, Celso Matsuda. O déficit habitacional do país, no entanto, é de 7 milhões de unidades, principalmente para a população de baixa renda. Por isso, o programa está sendo reformulado.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Matsuda: Minha Casa, Minha Vida é o maior programa do governo

O anúncio foi feito por Matsuda em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Segundo

Matsuda, a reformulação dará andamento às obras inacabadas, que hoje passam de 50 mil.

— Nós estamos desenvolvendo um trabalho com o Ministério da Economia e a Caixa Econômica Federal, tentando encontrar alternativas e novas fontes de investimento nessa área e novas modelagens e produtos, que serão entregues para atender principalmente nessa faixa. Esse é o nosso foco principal. Pretendemos fazer um anúncio no começo de julho — explicou o secretário.

Educação municipal não sobrevive sem o Fundeb, alerta debate

Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) são imprescindíveis para a educação pública nos municípios, alertaram ontem os debatedores em audiência na Comissão de Educação (CE).

O Fundeb acaba em dezembro de 2020 e tramitam no Senado duas propostas que tornam o fundo permanente (PEC 33/2019 e PEC 65/2019). O vice-presidente da CE, Flávio Arns (Rede-PR), relator da PEC 65, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que está à disposição a receber sugestões de aperfeiçoamento do texto. Em 2018, o Fundeb ultrapassou R\$ 140 bilhões, sendo 10% do montante aportados pela União e os outros 90% pelos estados e municípios, cabendo a maior parte ao ICMS, que é estadual e banca quase 60% do Fundeb.

O presidente da CE, Dário Berger (MDB-SC), disse que

ainda há escolas sem fornecimento de água, sem água filtrada, sem coleta de lixo, sem biblioteca, sem laboratórios de informática ou sem acesso à internet. A coordenadora-geral de Operacionalização do Fundeb, Sylvia de Toledo Gouveia, informou que o fundo é responsável por 80% dos recursos que financiam a educação básica pública no país. O vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Fred Amancio, afirmou que, sem o Fundeb, a educação básica municipal “entra em colapso”, o que sobrecarregará o ensino estadual, que também seria precarizado em seguida.

— O Fundeb é uma garantia de recursos para a educação.

O coordenador do movimento Todos pela Educação, Caio Callegari, disse esperar que um novo Fundeb diminua ainda mais as desigualdades regionais do país.



Jane de Araújo/Agência Senado

Presidente da comissão, senador Dário Berger comanda audiência

Comissão aprova dispensa de habite-se para casas térreas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o PLC 164/2015, que pretende agilizar e baratear a regularização de casas térreas construídas há mais de cinco anos. Pelo texto, fica dispensada a apresentação do documento de habite-se no processo de averbação das construções unifamiliares. O projeto segue para análise em Plenário.

A averbação de um imóvel é a mudança de informações no seu registro em cartório. Ela é necessária sempre que

o dono fizer nova construção ou demolição, realizar uma grande alteração estrutural, tiver mudança em seu próprio estado civil ou transferir a propriedade para outra pessoa.

O projeto foi apresentado pelo senador Irajá (PSD-TO) quando ainda era deputado.

Para o relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), o texto “representa um avanço na regularização registral dos imóveis de inúmeras famílias brasileiras, com largo alcance social, e se mostra compatível com a Constituição”.

Reguffe pede que Câmara vote texto sobre fila do SUS

Reguffe (sem partido-DF) pediu que a Câmara vote um projeto de autoria dele que obriga os governos a publicar na internet a lista de espera das cirurgias eletivas bancadas com recursos do SUS (PLS 393/2015).

— Todo mundo tem que saber quantas pessoas estão esperando cada cirurgia e desde quando o primeiro da fila está esperando.



Pedro França/Agência Senado

Telmário critica situação de estradas em Roraima

Telmário Mota (Pros-RR) denunciou a paralisação do trabalho de melhoria das estradas vicinais em vários municípios de Roraima. Segundo ele, os recursos federais, que já eram escassos, não foram liberados em sua totalidade. O resultado é que as estradas estão intransitáveis, dificultando o escoamento da produção agrícola e até a transferência de pessoas para hospitais.



Pedro França/Agência Senado

Paulo Rocha ressalta valor dos pescadores paraenses

Paulo Rocha (PT-PA) ressaltou ontem a luta dos pescadores em Belém do Pará. Ele informou sobre o congresso que acontece até hoje na Universidade Federal do Pará para celebrar os 50 anos do movimento de luta dos pescadores. O senador lembrou os avanços da organização no Brasil e destacou a importância dos pescadores para o desenvolvimento do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Confúcio destaca 8ª edição da Rondônia Rural Show

Confúcio Moura (MDB-RO) destacou ontem, em Plenário, a abertura da 8ª edição da Rondônia Rural Show, a mais importante feira agropecuária do estado, em Ji-Paraná. Ele ressaltou que a feira foi criada no período em que esteve à frente do governo de Rondônia. O senador disse que a feira tem 520 estandes, com a participação de 10 países, entre eles Estados Unidos e China.



Pedro França/Agência Senado